

“EU QUERIA ESTAR NA ALDEIA, MAS TEM QUE SAIR DE LÁ JUSTAMENTE PORQUE É PARA GARANTIR ESSES ESPAÇOS QUE NÓS TEMOS HOJE”: OS INDÍGENAS URBANOS E EM CONTEXTO URBANO NA CIDADE DE OIAPOQUE, AMAPÁ

VENÂNCIO GUEDES PEREIRA¹

UFGRS, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0001-5230-4004>

RESUMO: *Na cidade amapaense de Oiapoque, a 592 Km de Macapá, na fronteira internacional com a Guiana Francesa, observa-se a presença das comunidades indígenas Palikur, Galibi Marworno, Karipuna e Galibi Kalinã, as quais vivem entre as terras indígenas brasileiras e municípios franceses, usando a cidade de Oiapoque como passagem para ambos pontos referenciais, e também estabelecem-se nela, sobretudo pela busca de renda, saúde e educação públicas de qualidade, constituindo no meio urbano suas estratégias de vida e visando estabilidade e melhores condições, não alcançadas em sua plenitude nas aldeias. Utilizando procedimentos etnográficos, a partir de entrevistas semiestruturadas com indígenas moradores da cidade de Oiapoque e pesquisas bibliográficas sobre a presença indígena em zonas urbanas do Brasil e em países da América do Sul, o presente artigo propõe uma análise a respeito das motivações dos indígenas em fixar-se ou manter-se em constante mobilidade nas áreas urbanas, suas vivências cotidianas, e como estes utilizam das redes de sociabilidade com instituições e parentes étnicos que vivem nas aldeias, visando o processo cotidiano de manutenção da vida em espaços urbanos.*

PALAVRAS-CHAVE: *Indígenas urbanos, contexto urbano, Oiapoque.*

ABSTRACT: *In the Amapaense city of Oiapoque, 592 Km from Macapá, on the international border with French Guiana, the indigenous communities Palikur, Galibi Marworno, Karipuna and Galibi Kalinã live between Brazilian indigenous lands and French municipalities. They use the city of Oiapoque as a passage to both reference points, and also establish themselves there, mainly by seeking income, health and quality public education, constituting in the urban environment their life strategies and seeking stability and better conditions, not fully achieved in the villages. Using ethnographic procedures, based on semi-structured interviews with indigenous residents of the city of Oiapoque and bibliographic research on the indigenous presence in urban areas in Brazil and South American countries, this paper proposes an analysis of the indigenous people's motivations for settling or remaining in constant mobility in urban areas, their daily experiences, and how they use social networks with institutions and ethnic relatives who live in the villages, aiming at the daily process of maintaining life in urban spaces.*

KEYWORDS: *Urban indigenous, urban context, Oiapoque.*

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: venancioguedespereira@gmail.com

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

Introdução

Oiapoque é um município do Estado do Amapá com população estimada em 28.534 pessoas no ano de 2021². A sede municipal localiza-se na fronteira com a coletividade territorial do ultramar francês, a Guiana Francesa, separados pelo rio Oiapoque. Pelo fluxo de pessoas na fronteira, inclusive de nacionais de outros países do Caribe e do planalto das Guianas e estados do Brasil, a região é povoada por uma diversidade de gentes, dentre elas as etnias indígenas Palikur, Galibi-Marworno, Karipuna e Galibi Kalinã³. Os quatro grupos étnicos de Oiapoque habitam as Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi, demarcadas e homologadas⁴ no lado brasileiro da fronteira. Cumpre ressaltar que essa população tem na mobilidade condição existencial e por isso também habitam a Guiana Francesa. De acordo com a Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI) (AMAPÁ, 2022), o número de autodeclarados indígenas em Oiapoque é de 5.802 pessoas⁵.

Os indígenas são presença constante na cidade de Oiapoque. Em parte, isso se deve ao fato de seus territórios serem próximos à zona urbana, fato que engendra uma conectividade espacial e uma convivência sócio-histórica com não indígenas, como na venda de farinha, tanto no Oiapoque quanto em Saint Georges (MACHADO, 2017). Há um outro aspecto que merece destaque: desde a década de 1970 foi iniciada a construção de um eixo rodoviário interligando o norte e o sul do Amapá, a BR-156. Em tal rodovia, por ainda não estar completamente pavimentada, existe um trecho de aproximadamente 112 km, que faria a integração entre a ponte binacional sobre o rio Oiapoque, ainda sem asfalto. Sendo esse perímetro considerado o mais complexo, justamente por cruzar TIs e, portanto, implicar a definição de medidas relacionadas a compensações e mitigações, as quais levem em consideração a tradição das comunidades indígenas que ali residem (TORRES, 2016).

Dessa forma, o presente artigo se propõe a analisar os indígenas “urbanos” e “em contexto urbano” em Oiapoque, com ênfase na busca pela escolarização na cidade. Toma-se como princípio que os indígenas consideram a cidade como espaço de oportunidades e possibilidades individuais e coletivas, das quais se valem cotidianamente para assegurar sua reprodução social dentro e fora das aldeias. Para tanto, realizaremos uma discussão prévia a partir de uma proposta de compreensão das categorias centrais do artigo, tendo em vista uma maior contribuição aos temas contemporâneos acerca da presença indígena em cidades do Brasil e das Américas e melhor interpretação do(s) contexto(s) vivenciado(s) pelos indígenas de Oiapoque.

² Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

³ Os Galibi Kalinã, ao contrário das outras três populações indígenas do Oiapoque, não fazem parte da literatura de períodos anteriores ao século XX no Brasil. Na verdade, os Kalinã migraram da Guiana Francesa para o Brasil na década de 1950, estabelecendo-se aqui desde então (VIDAL, 2016).

⁴ Disponível em: <<http://www.sepi.ap.gov.br/interno.php?dm=962>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

⁵ Há 3.043 indígenas no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e 1.220 na região de Pedra Branca do Amapari. Portanto, Oiapoque é o município amapaense com o maior número de indígenas. Disponível em: <<http://www.sepi.ap.gov.br/interno.php?dm=961>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

Indígenas desaldeados, destribalizados, citadinos e urbanos: por uma proposta de discussão teórica

Pensar a cidade como lócus de análise acerca da sociabilidade de povos indígenas é pensar em categorias específicas. Porém, em todo caminho da pesquisa que percorri, notei a recorrente utilização de termos e conceitos que categorizam o indígena em contexto urbano, mas que, na prática, homogeneizam suas condições na cidade sem a sensibilidade perceptiva das variadas situações que lhes são impostas e como eles tecem suas estratégias de vida no local. Em outros termos, os povos indígenas que se encontram na cidade não vivenciam uma mesma condição social, econômica e cultural, como em questões relativas a emprego, convívio com a família, acesso à educação, saúde etc., o que nos orienta a analisá-los e categorizá-los a partir do que há de específico em cada uma dessas condições. Porém, é importante ressaltar que esse trabalho não tem a pretensão de enrijecer categorias de pensamento ou torna-las absolutas, mas sim de propor uma necessária análise conceitual que não permita um olhar apenas genérico sobre os povos indígenas em meios urbanos, em especial os povos indígenas que vivem na cidade de Oiapoque.

A primeira categoria de reflexão é a “desaldeado”, da qual observei em algumas literaturas e até mesmo me fora citada entre os colaboradores em campo. Entende-se comumente como tal o indígena que, por algum motivo, perde seus traços étnicos ditos “originários” ao sair de sua aldeia e inserir-se em uma vida de não-indígena. Nos estudos de Aparecida de Assunção (2017), a autora entrevistou uma variedade considerável de indígenas de diferentes etnias, como os Tupinambá, Xerente, Guajajara e Tapuya, nos municípios mineiros de Araxá, Uberlândia, Abadia dos Dourados e Patrocínio. No caso da referida pesquisa, a autora considera os conceitos de “urbano”, “desaldeado” e “urbanizado” como similares, categorizando as dinâmicas indígenas sem uma proposta de diálogo bem definida, de forma generalizada. Em sua interpretação, o fato de migrar do Nordeste do Brasil em busca de emprego e terra em Minas Gerais, além da participação em movimentos sociais de trabalhadores sem teto (que não militam por direitos étnicos, mas sim por questões fundiárias comuns), tornam esses grupos desaldeados.

Esta categoria, apesar de questionável, ainda é considerada academicamente, pois até mesmo em minhas observações de campo foi comum escutar dos colaboradores indígenas a negação dessa condição, já que em nenhum momento a cidade lhes afastou de suas práticas e símbolos étnicos. Da mesma forma, percebe-se tal condição entre indígenas entrevistados em Minas Gerais, como na escolha dos produtos (em especial o sabão), ervas medicinais (como a cidreira, algodão e arruda) e as “curas” e benzimentos, praticadas especialmente por indígenas da primeira geração, que migraram das aldeias e vieram aos

centros urbanos do Sudeste e reproduziam seus conhecimentos étnicos (ASSUNÇÃO, 2017, p. 16).

A literatura verificada que melhor caracteriza o que seria um indígena desaldeado é o trabalho de Penna (1998, p. 94), pois, ao falar sobre a saída (perda) de um “local de origem”, ela nos ajuda a pensar o desaldeamento como intimamente ligado a um “desraizamento”, em que tal perda, considerada essencial para a manutenção da identidade, implicaria a descontinuidades de uma raiz originária, ou seja, práticas e costumes específicos do local de origem. A autora apresenta como lócus de análise cinco histórias de vida, de trabalhadores que migram de Minas Gerais, Bahia e Alagoas, para o labor rural em São Paulo, entre os anos de 1987 e 1989. Consta que, mesmo a precarização e a marginalização sofrida em São Paulo, o “desraizamento” pode ocorrer ainda na própria terra de origem, no momento em que as esperanças morrem, por conta da fome e da pobreza extremas, ou até pela simples vontade de aventurar-se em novos desafios, em terras novas.

Penna (1998) destaca problemáticas, das quais classifica como uma “perspectiva essencialista”, pensada por outros autores, que, de acordo com ela, acabam tornando a trajetória do migrante⁶, como suas escolhas, perspectivas de vida e de futuro, sempre secundárias em relação à sua raiz/lugar de origem. Ao desconsiderar as barreiras rígidas entrepostas nas análises sobre a dependência que um nativo tem de sua terra de origem, a autora desqualifica as posições de quem defende uma dependência indissociável entre a pessoa e a terra natal, da mesma forma que desqualifica o total abandono de memórias e símbolos orientadores no novo local de vivência. Na verdade, a reprodução ou não desses símbolos seria de critério individual e/ou coletivo do migrante, que está constantemente visando sua sobrevivência.

Apoiado na análise da autora, conclui-se que a relação entre o uso dos símbolos da terra de origem e a sobrevivência do migrante é onde cabe a analogia dos trabalhadores estudados por Penna (1998) e os indígenas observados na cidade de Oiapoque. A terra é um dos fatores mais relevantes de orientação e de luta indígena, sobretudo quando estes se encontram na cidade. Corroborando esta afirmação, em uma das entrevistas realizadas no Oiapoque, a colaboradora Priscila Barbosa, da etnia Karipuna, ao ser perguntada sobre a garantia de seus direitos étnicos mesmo estando na cidade, me respondeu: “A todo momento te atacam, querem tirar tua terra, como já relatei. Isso para nós é muito triste, porque o índio sem terra não tem como sobreviver, como já dizia meu avô, é um índio sem mãe” (OIAPOQUE, julho de 2019). Ou seja, o que Penna (1998) ressalta como um conceito apenas idealizado, destacando a fragilidade do termo “desraizado”, observo a pertinência de uma simetria analítica com o indígena desaldeado que, ao meu ver, não corresponde aos indígenas da cidade de Oiapoque.

Observado como uma aproximação conceitual ao “desaldeado”, a categoria “destribalizado” também é amplamente utilizada para conceituar os povos indígenas que fizeram parte dos processos de

⁶ Categoria utilizada por Penna (1998) em sua obra.

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

“assimilação” cultural no Brasil, sobretudo a partir do século XX. Na obra de Brandão (1986), em sua descrição dos povos Gavião, do Maranhão e do Pará, em contato com os “brancos” da frente extrativista de castanha e borracha⁷, o autor ressalta as terríveis baixas contingenciais dessa população na década de 1970. Como consequência, parte dos poucos Gaviões sobreviventes teriam sido assimilados pelos “brancos”, tornando-os trabalhadores braçais, além da perda de suas terras e a ida para as periferias das capitais. Acerca disso:

Entre os índios destribalizados a perda de condições de reprodução da ordem social de referência é ainda maior. Sozinhos entre os brancos ou agrupados em restos de famílias nucleares, vimos que os índios constituem a franja mais marginalizada no mundo dos brancos (BRANDÃO, 1986, p. 51).

Brandão (1986, p. 86) admite que os indígenas reproduziam suas práticas no ambiente do “branco”, mas ressalta que certas características eram suscetíveis a destribalização, como: maior recorrência reprodutora de uma cultura sertaneja ou camponesa por parte dos indígenas; a vivência em contextos de subsistência extremamente desfavoráveis; e uma submissão progressiva ao modo de produção capitalista. No caso emblemático dos Gaviões, a necessidade de obter uma “proteção” de seus patrões pressiona o indígena a “abandonar de vez sua condição de remanescentes de uma tribo”.

A pertinência do cruzamento entre as categorias “desaldeado” e “destribalizado” se dá em algumas características comuns entre elas, sendo a principal a ideia de assimilação cultural⁸ sofrida pelo nativo no espaço que não lhe é originário. Em meio a essa discussão, Nunes (2010) afirma que o imaginário nacional tende a associar o indígena a espaços “não urbanizados”, desconsiderando qualquer padrão normativo que destoa dessa constante. Porém, as discussões atuais sobre a presença indígena nas cidades vislumbram possibilidades de ações indígenas ativas, pois “[...] ao pensar um caso de inserção indígena na cidade – e isso deve ser feito empiricamente –, há de se levar em conta sua sociocosmologia, e dentro desta ‘estrutura’ geral, sua noção específica de territorialidade” (NUNES, 2010, p. 11). Em outras palavras, o indígena

⁷ Boa parte das informações sobre os indígenas Gaviões utilizadas por Brandão (1986) provém da obra *Índios e castanheiros*, de Roberto Da Matta e Roque de Barros Laraia, de 1967.

⁸ A respeito do conceito de “assimilação”, ressalto que, ao defender a ideia de ocorrência de um processo de destribalização e/ou desaldeamento consequente de uma assimilação pelos indígenas em cidades, as literaturas citadas acabam não deixando claro como ocorrem esses processos ou os elementos observados que subsidiam tais afirmações. Truzzi (2012), em sua pesquisa sobre migrações em países das Américas, como Estados Unidos e Brasil, defende a ideia de protagonismo e importância social e política entre as pessoas que se mobilizam entre territórios de onde não são originários, o que nos permite pensar que a “assimilação” predatória, vislumbrada pelos conceitos de desaldeado e destribalizado, não dá conta das situações vividas/vivenciadas pelos povos indígenas da cidade de Oiapoque. A partir de Laraia (2006), entendemos que os sistemas culturais estão em constante mudança, de acordo com as vontades e necessidades de quem os reproduzem, o que nos leva a crer que o desaldeamento e a destribalização são categorias obsoletas nos estudos antropológicos atuais.

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

na cidade molda suas ações cotidianas a partir de sua matriz étnica, o que lhe atribui a qualidade de protagonista de suas ações e não uma posição de total passividade perante as condições do “homem branco”. Em tempo, cabe ressaltar que, assim como a premissa do desaldeamento, não corresponde aos indígenas da cidade de Oiapoque as características de povos destribalizados.

Ao argumentar sobre a temática de indígenas citadinos no Brasil, Baines (2001, p. 01) afirma que muito pouco se sabe e que ainda “falta realizar mais pesquisas etnológicas de longa duração sobre as múltiplas facetas desta questão. Nem se dispõe de dados confiáveis sobre o número de índios na cidade”. Sua análise se complementa quando da tentativa de listar as motivações do indígena das zonas rurais e aventurar-se na cidade, como a busca por saúde, educação, renda ou até a transformação da malha rural em malha urbana a partir do agronegócio. Além disso, o estabelecimento na cidade estaria tradicionalmente engendrado por situações discriminatórias, resultado de relações extremamente assimétricas com os “brancos”, culminando na existência em moradias precárias em periferias e a extrema pobreza.

Assim como Baines (2001), outro autor que caracteriza (este de forma ainda mais detalhada) o indígena citadino é Roberto Cardoso de Oliveira (1968), ao retratar as trajetórias de vida dos Terena⁹ em Mato Grosso do Sul, a partir das migrações das aldeias Buriti e da reserva Bananal-Ipegue em direção as cidades de Campo Grande e Aquidauana. Para Oliveira (1968, p. 126-127), o que torna os Terena “índios citadinos por excelência” é um conjunto de fatores que pode ser resumido em duas atribuições matrizes: o caráter definitivo da migração, ou seja, a intenção de fixar-se definitivamente ou por prolongadas temporadas na cidade; e o caráter de mudança significativa do padrão de vida, onde não bastava o deslocamento espacial, senão uma modificação social, objetivando não mais viver as condições inerentes à reserva.

As motivações que levavam os Terena a uma modificação profunda de seu modo de vida social seriam as de procedência econômica. Os indígenas vislumbravam possibilidades de trabalhos que não emulassem os modelos de trabalho do campo, a dizer, o trabalho braçal, que “estraga o corpo”. Nas palavras de Oliveira (1968, p. 127), mesmo que o trabalho fora da reserva não represente um afastamento dela (já que esse dinheiro pode/deve ser gasto na própria reserva), o estabelecimento na cidade, “sobre ser familiar, representa uma separação radical entre a velha e a nova vida”.

A partir das ideias do autor, podemos definir o citadino como o indígena que busca, a partir da migração, uma mudança definitiva de vida, o que implica, em vários aspectos, uma mudança de hábitos, mudança espacial e também de perspectiva de vida, muito mais bem relacionada às oportunidades específicas da cidade. É importante ressaltar que em nenhum momento o autor retrata uma ruptura das relações com o local de origem, muito pelo contrário: a manutenção da

⁹ Oliveira (1968) utiliza outras denominações para caracterizar os Terena, como índios “urbanizados” e “em processo de urbanização”.

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

vida de quem fica nas aldeias é de extrema importância para o Terena migrante, já que sempre havia a possibilidade de voltar para a segurança de seus lotes de terra na zona rural.

Haja vista as dificuldades em estabelecer limites interpretativos para definir o indígena citadino e o indígena urbano, qualquer exercício a favor de uma categorização me parece impreciso, mas para uma análise mais sensível sobre os indígenas que vivem na cidade de Oiapoque, o esforço é válido. Assim como o citadino, o indígena urbano apresenta características de uma busca por viveres básicos na cidade, mas que não abandona sua identidade étnica, tampouco desconsidera a segurança de sua terra demarcada e homologada. Para melhor exemplificar a complexidade em qualificar o indígena em contexto urbano como citadino ou urbano, Filizola de Souza (2017, p. 67) defende que:

Os estudos sobre os povos indígenas em contexto urbano circulam por um campo com uma temática escorregadia, em movimento, onde os desafios, as incertezas e as surpresas sempre se fazem presentes. Como estamos diante de uma temática complexa, as produções sobre o assunto não apresentam um consenso com relação a que termo empregar: índios urbanos, índios na cidade, índios da cidade, índios citadinos, índios em área urbana e índios em contexto urbano.

Mesmo diante de tal “complexidade temática”, por entender que a interpretação conceitual é substancial para o entendimento da(s) sociabilidade(s) vividas/vivenciadas pelos indígenas da cidade de Oiapoque¹⁰, lanço mão da terminologia “urbano(s)”, para aqueles que: se encontram de forma definitiva na cidade, por obter emprego fixo; busca de educação de qualidade para os filhos e para si; de casa própria na cidade ou longa estadia em casa própria de parentes, além da perspectiva pessoal de manter-se na cidade. Tendo em vista que alguns dos colaboradores não obtêm casa própria, nem parentes de moradia fixa na cidade, e que, por conta disso, mesmo estudando na cidade ou trabalhando nela, têm de transitar das aldeias para o meio urbano semanalmente ou mensalmente, lanço mão do conceito de “em contexto urbano” para imprimir a ideia de mobilidade entre as aldeias e a cidade.

¹⁰ Ao propor uma análise dos indígenas da cidade de Oiapoque a partir de conceitos, reitero a importância da minuciosidade do estudo, em especial para não reproduzirmos as generalizações já citadas. A respeito da construção de um conceito e dos significados atribuídos a ele, Lencioni (2008) afirma que os conceitos necessitam refletir o real, não se confundindo com ele, mas representando-o. A partir das observações da autora, reitero que o exercício de interpretar os indígenas da pesquisa como urbanos ou em contexto urbano é uma proposta analítica, corroborando com a ideia de “renovação” dos conceitos, defendido pela autora. Outro ponto a ser observado de sua obra, é a importância dada a etimologia da palavra. Ao explicar que as palavras “cidade” e “urbano” são termos de sentidos imanentes, ela aponta a etimologia de cada uma como o ponto de divergência: “cidade” é substantivo (que dá nome ao ser), enquanto “urbano” é adjetivo (que caracteriza o ser). Partindo dessa compreensão, os termos urbanos e em contexto urbano caracterizam e qualificam o indígena a partir de suas experiências e especificidades na cidade, observadas e relatadas nas entrevistas, o que nos permite formalizá-los como conceitos.

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

Em relação ao conceito de mobilidade utilizado para categorizar o indígena em contexto urbano, Balbim (2004, p. 30) afirma que:

[...] temporalidades curtas e diárias, ritmos sociais da vida cotidiana, dizem respeito à mobilidade cotidiana. É um tempo recorrente, repetitivo, que implica retorno cotidiano à origem. Sua repetição forja hábitos ao longo do tempo da vida e conforma práticas espaciais, mecanismos de reprodução no cotidiano. As práticas espaciais formam tanto o conjunto dos deslocamentos diários, quanto as estratégias forjadas para a concretização destes; estas estão organizadas segundo os orçamentos espaço-temporais que elaboramos para definir nossos planejamentos frente ao conjunto de possibilidades e restrições. Esse conjunto formaria o objeto de estudo, análise ou apreensão da mobilidade cotidiana.

A partir do que foi discutido, inicio minhas considerações acerca dos indígenas urbanos e em contexto urbano do Oiapoque, através de entrevistas semiestruturadas, trabalhadas entre os meses de maio e julho de 2019, quando da produção de relatório técnico de pesquisa para o programa de mestrado em Estudos de Fronteira, da Universidade Federal do Amapá. Na oportunidade, buscamos compreender como os indígenas buscam a cidade para tecerem seus objetivos de vida, individuais e coletivos, e como a cidade se mostra a eles, do ponto de vista das perspectivas e oportunidades de estabelecimento no meio urbano.

Os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque

Para o presente artigo, utilizamos vinte e uma entrevistas realizadas na cidade de Oiapoque em 2019. As informações coletadas dão base para compreensão das camadas sociais que definem as cidades como áreas de poder e conflito, e como os povos indígenas se mobilizam em torno dos seus objetivos coletivos e individuais, para cumpri-los de forma digna, mesmo em lugares onde suas características culturais não são vistas como determinantes para o exercício de diferentes direitos étnicos.

No caso dos indígenas entrevistados na cidade de Oiapoque, as fronteiras percebidas se estabelecem no que Martins (2014) chama de “local do conflito”, ou seja, uma fronteira do encontro, da descoberta e do desencontro. Lugar onde o proprietário de terra ou o “civilizado” encontra o camponês, o indígena, e há desencontros históricos, tensões e conflitos. Essa fronteira só deixa de existir quando “o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós” (MARTINS, 2014, p. 134). Em espaços como esse, onde prevalecem os padrões do capital, os conflitos são comuns, tais como as estratégias de sobrevivência. Como afirmam Nascimento e Silva

(2019), não se trata de uma luta contra um sistema, mas de negociações diárias de (re)existência.

Os estudos são provavelmente a maior causa/motivação da mobilidade dos indígenas do campo para cidade, haja vista a limitação estrutural que as aldeias têm em relação a energia elétrica, profissionais formados etc., comparados à zona urbana. O término dos estudos básicos e, principalmente, a busca por formação acadêmica, motivam o indígena do Oiapoque a se submeter ao pagamento de aluguel de kitnets, morar na casa de parentes ou conhecidos ou até manter um cotidiano de movimentação entre as aldeias e a cidade.

Nos dados contidos no Censo dos povos indígenas do IBGE de 2010, o item de alfabetização entre pessoas com quinze anos ou mais é comparado com os dados presentes nos Censos anteriores, a dizer, os produzidos em 1991 e 2000, os primeiros com a presença indígena nas categorias cor ou raça. Os números demonstram significativas diferenças relativas à taxa de alfabetização entre os indígenas rurais e os urbanos, tanto nos dados gerais quanto nos dados específicos por sexo.

É salutar discorrer a respeito dos estudos antropológicos que destacam os Censos de 1991 e 2000 como limitados no levantamento sobre presença indígena nas zonas rurais e nas cidades, sobretudo pela metodologia utilizada para tanto. De acordo com alguns estudos (GUIRAU; SILVA, 2013; NAKASHIMA, 2009), desde 1991 até 2010, os Censos passaram por reformulações que possibilitaram critérios cada vez mais fidedignos, como a língua falada e a auto identificação, fundamentais nos estudos antropológicos e etnológicos atuais. Mesmo apresentando limitações interpretativas, os números dos Censos de 1991 e 2000 são importantes para a análise desse artigo, por apresentarem dados oficiais e oferecerem parâmetros para comparações.

Entre os indígenas rurais com quinze anos ou mais, os números percentuais de alfabetização só passaram dos 60% no Censo de 2010, apesar de observarmos um importante crescimento nesse aspecto a partir dos números de 1991. Tendo em vista a premissa da alfabetização entre o primeiro e o último Censo citados, o documento de 2010 contabilizou os percentuais de não indígenas em zonas rurais com quinze anos ou mais, para fins de comparação, onde é possível observar que eles ultrapassam 60% desde 1991 para os dois sexos, sendo os números do Censo de 2010 75,4% para homens e 78,8% para mulheres.

Os dados relativos à alfabetização, contabilizados entre indígenas com quinze anos ou mais que vivem em zonas urbanas¹¹, têm significativa mudança, especialmente ao constataremos que, desde o Censo de 2000, os números entre homens e mulheres indígenas residentes na cidade ultrapassavam 80%, além de alcançarem a marca de mais de 70% desde o Censo de 1991, números não alcançados pelos indígenas rurais em nenhum dos Censos.

A escolarização para alfabetização é um dos serviços que os indígenas do Oiapoque obtêm nas aldeias, mas as entrevistas

¹¹ O universo total de indígenas urbanos, com quinze anos ou mais, participantes das pesquisas foram de 52.774 em 1991; 302.546 em 2000 e 245.610 em 2010 (IBGE, 2010).

PEREIRA, Venâncio Guedes. "Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje": os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

demonstraram que conclusão dos estudos ou a obtenção de escolarização primária para os filhos são motivos fundamentais para o indígena morar na cidade ou manter-se em frequente mobilidade entre ela e a aldeia. Os números do IBGE 2010 nos dão parâmetros para comparação entre os anos anteriores, demonstrando um relativo crescimento de alfabetização total e específica por sexo entre os indígenas urbanos, corroborando a hipótese de que, de fato, a escolarização na cidade é mais qualificada em todos os níveis, atraindo o indígena à cidade. No campo de pesquisa, percebemos que no universo de colaboradores – dezessete pessoas –, oito buscavam escolarização pessoal (superior e básica), duas buscavam escolarização de parentes, enquanto que outros sete buscavam ambos.

Ao relacionar os números demonstrados pelos Censos do IBGE com as entrevistas realizadas, percebemos a importância da análise qualitativa dos dados, pois a recorrência de indígenas matriculados em escolas e universidades nas cidades brasileiras resulta de processos tecidos por gerações de indígenas familiares ao tempo, não sendo um fenômeno individualizado. Exemplo disso é a interpretação das informações dadas por três colaboradores: Nilso Orlando, Edson Aniká e Yuri Aniká, que, apesar de não estarem estudando formalmente no período da pesquisa, passaram a morar na cidade até o término dos estudos e mantiveram-se fixos nela ou em constante mobilidade entre ela e a aldeia. Mas, como a escolarização pessoal fora alcançada, no futuro pretendem oferecer o mesmo a seus parentes, especialmente seus filhos.

Nilso Labonté Orlando, vinte e cinco anos, indígena urbano Palikur, nascido na aldeia Kumenê (TI Uaçá), é atualmente funcionário do projeto multilinguístico do Superfácil no município de Oiapoque, onde trabalha como intérprete, auxiliando indígenas a comunicarem-se com os funcionários do órgão. Em sua entrevista, Nilso falou sobre suas motivações em residir de forma fixa na cidade, a exemplo de seu pai, Nilo Martiniano¹². Outra característica peculiar em ambos discursos é a defesa da escolarização na cidade, mas a ideia de voltar à aldeia para compartilhar os aprendizados com os parentes. Tanto Nilso quanto Nilo deixaram claro que mesmo morando em casa própria na zona urbana desde 2009, gostariam de estar na aldeia, especialmente porque a cidade, apesar de ter emprego para ambos, é um lugar muito perigoso, com “muitas bebedeiras” em bares¹³.

Apesar de expressarem incômodos com a cidade, ambos a observam como fundamental para a qualidade dos estudos, ideia que, mesmo se demonstrando conflituosa, passa por gerações na família:

[...] pra estudar a gente sempre incentivou porque a gente sempre fala isso desde o [meu] pai, ele foi cacique vinte e poucos anos, ele foi uma liderança que formou a

¹² Nilo tem sessenta e um anos, é Palikur, formado como técnico em Enfermagem e atualmente é chefe substituto do setor de fiscalização e controle de terras indígenas da FUNAI.

¹³ Nilo e Nilso, assim como boa parte dos Palikur do Oiapoque, são frequentadores da Igreja Assembleia de Deus, fato que os impede de ingerir álcool. Senhor Nilo, por exemplo, era o atual pastor da igreja do bairro Infraero.

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

aldeia Kumenê. Na época não tinha, então ele sempre falava pra que os jovens estudassem, se formassem porque é o futuro deles. Então até hoje nós estamos levando. O meu filho é cacique lá da aldeia, então eu sempre falo assim. A gente esse ano agora, eu vejo aparecer aqui já procurando vaga pra estudar aqui no Oiapoque por falta de muitos módulos, [que] não são levados a sério. Falta! Quando chega o oitavo ano, aí para. Não tem professor pra certas disciplinas, então o pessoal fica parado (NILO, Oiapoque, julho de 2019).

O senhor Nilo é filho de uma importante figura da história recente dos Palikur, o senhor Paulo Orlando, um dos responsáveis pela fundação da aldeia Kumenê e identificado por Capiberibe (2007) como um agente fundamental para a conversão em massa dos Palikur ao protestantismo, na década de 1960. Assim como Nilo, Nilso também ressaltou a importância de estar na cidade para sua formação e também para a escolarização de seu filho, que na época acabara de nascer. Ao ser perguntado sobre suas motivações em fixar-se na cidade, ele respondeu:

Eu fiz o ensino médio. Completei meu ensino médio, aí do ensino médio consegui um emprego aqui [...] Tô pretendendo ficar aqui mesmo pra ele [meu filho] estudar, que na aldeia ele pode estudar até a 6ª série, 8ª série. Quero que ele estude aqui pra aprender mais e falar português (NILSO, Oiapoque, julho de 2019).

Com a mesma premissa de conclusão dos estudos básicos, Edson Quaresma Aniká, trinta e dois anos, indígena Karipuna em contexto urbano, mora na aldeia Manga (TI Uaçá) e mantém uma rotina de mobilidade entre sua casa e a casa de sua mãe, no bairro do Planalto, zona urbana do Oiapoque. Em seus relatos, Edson falou sobre os custos para a manutenção do trânsito entre a aldeia e a cidade, o que lhe obriga a viver sozinho na casa de sua mãe de segunda a sexta-feira, enquanto passa os finais de semana com sua esposa e filhos na aldeia do Manga. Após concluir seus estudos na cidade, Edson terminou sua formação em técnico em contabilidade pelo Instituto Federal do Amapá e iniciou no projeto multilinguístico do Superfácil, assim como Nilso. Ao ser perguntado se gostaria de viver com sua família na cidade e avançar em seus estudos, ele respondeu:

Com certeza, eu pretendo fazer uma faculdade agora, se Deus permitir, eu quero fazer uma faculdade e fazer uma formação, ter uma graduação. Eu pretendo fazer, assim, Letras [...] aqui na cidade a preocupação é muito, até porque eu já pensei e conversei com a minha esposa lá, que eu queria trazer eles todos para cá e morarmos juntos, para não ter que ficar indo e voltando para a aldeia, mas a minha preocupação maior aqui na cidade é com a violência. Porque tem muitas pessoas perigosas

aqui que entram e saem, que chegam aqui e a gente não conhece nem de onde vem [...] Apesar de termos uma escola aqui da qualidade que temos, que é mais avançado a tecnologia, mas por um lado é bom e por um lado é ruim (EDSON, Oiapoque, julho de 2019).

Como observado no fragmento, Edson avalia a cidade como o local onde há perspectivas educacionais para os filhos, pois foi onde ele concluiu a educação formal e conquistou seu atual emprego, posto esse que sustenta sua família na aldeia. O contraponto fica por conta dos perigos na zona urbana que, em comparação à sua casa na aldeia Manga, não oferece segurança para sua família, especialmente seus filhos, ainda pequenos.

O outro exemplo é o de Yuri Aniká dos Santos, trinta e dois anos, Karipuna em contexto urbano, funcionário da cooperativa de transporte autônomo, formado por indígenas para oferecer fretes acessíveis das aldeias à cidade, que, em sua entrevista, me falou sobre a casa própria que seus pais tinham na zona urbana, onde passou a morar desde os quatro anos de idade, tendo terminado seus estudos básicos e iniciado dois cursos superiores em Macapá, entre os anos de 2006 a 2011, ambos não concluídos por conta de problemas de saúde e de “indisciplina”, pois não conseguia viver sozinho na capital. Hoje, formado em Licenciatura em História pela UNIFAP Campus Binacional, disse que tem preferência pela aldeia, onde mora com sua esposa (paraense, formada em pedagogia) e um filho de quatro meses. Sua escolha se dá pela proximidade com os familiares, pelo baixo custo de energia elétrica e alimentos, e pela segurança para seu filho, argumento também citado por Edson. Porém, seu trabalho o obriga a estar constantemente na cidade e quando perguntado sobre a dúvida entre viver em sua casa atual ou na cidade pela educação do filho, respondeu:

Mas a mãe quer uma educação pro filho dela, como ela é pedagoga, já vê... “Não, porque na aldeia, a escola lá é boa, mas a educação”... Ela quer que o filho sempre evolua, né? Por exemplo, quer preparar o filho pro mundo, da melhor maneira possível. Então ela quer que ele estude desde pequeno, já quer que a criança fique numa creche, entendeu?! Acostume já (YURI, Oiapoque, julho de 2019).

Na oportunidade, Yuri disse que estavam prestes a se mudar definitivamente para a cidade, pois a esposa necessitava estar em maior contato com seus familiares. A moradia escolhida seria uma casa alugada no bairro FM, próximo à radio, que será paga com os recursos advindos dos cargos que ambos exerciam na prefeitura como professores. Pelo fato dos cargos serem instáveis, o plano familiar seria de passar em concurso público em Macapá, também para manter a esposa mais próxima dos parentes do núcleo familiar belenense.

Em relação a Nilso, Edson e Yuri, mesmo que nenhum deles esteja estudando atualmente, todos passaram a viver na cidade para a conclusão do ensino básico e, no caso de Yuri, cursar o ensino superior. Por conta do sustento dos filhos, encontravam-se apenas trabalhando em postos fixos, mas também responderam que pretendiam garantir a educação dos filhos, da mesma forma que eles obtiveram, na cidade. A experiência na zona urbana é justificada e partilhada entre os parentes étnicos, especialmente a família nuclear, para assegurar a escolarização própria e dos dependentes. Em uma escala mais ampla, percebemos que essa prática também ajuda a garantir e a oportunizar que parentes fora do núcleo familiar ou amigos possam fazer o mesmo caminho, saindo das aldeias e passando a viver nas casas de quem tem moradia fixa ou partilhando de alugueis, o que interpretamos como uma rede de ajuda mútua.

A categoria de redes de ajuda mútua é muito importante para entendermos o grande fluxo de indígenas na cidade de Oiapoque. Falamos em rede¹⁴, pois percebemos que em grande parte os indígenas se mantêm em grupos na cidade, dividindo casas, despesas, rendas, informações etc. Para que a saída prolongada ou sazonal da aldeia seja bem-sucedida, é salutar a presença de um parente étnico ou amigo indígena que já tenha casa própria ou que já pague aluguel de uma residência ou kitnet na cidade. Outra interpretação importante para a categoria analisada é a de “ajuda mútua”, pois entre os indígenas que declararam ter recebido ajuda ou ter ajudado, foi comum escutar que eles compreendem tal prática como primordial para sua vida ou para quem eles estão ajudando naquele momento, demonstrando a ideia de viabilização mútua, ajudar para ser ajudado e vice-versa¹⁵.

Entre os Quéchua do Peru, as redes de ajuda, chamadas por Valdivia (2003, p. 65, tradução nossa) de “redes étnicas”, têm importância ímpar na cidade, sendo a alternativa mais viável para obter “um lugar para viver, o fornecimento de informações sobre emprego, uma fonte de ajuda econômica e uma base de apoio moral”. Em outros termos, a rede é estabelecida a partir das ajudas mútuas entre indígenas da cidade e os que vêm do campo e precisam estabelecer-se, em moldes bastante similares ao percebido entre os indígenas do Oiapoque.

Outra característica importante observada nas entrevistas é a dos projetos coletivos partilhados entre os participantes das redes de ajuda mútua. O indígena que sai da sua aldeia para obter formação

¹⁴ A partir de Radcliffe-Brown (1995; 1973), citado por Barbosa (2007, p. 20), entendemos o estabelecimento de redes como um “conjunto de relações concretas entre indivíduos e grupos sociais que que constituiria a estrutura social ou sociedade. Tais relações são consideradas ora parcialmente, remetendo a redes menores (como as relações de parentesco), ora em sua totalidade, reportando a uma rede mais abrangente que articularia todas as demais, ou seja, a própria sociedade”.

¹⁵ O número de colaboradores que responderam não ajudar um parente ou um amigo com moradia, é da ordem de seis pessoas, e delas apenas uma respondeu ser contrária à prática. Senhor Emiliano Gabriel, acabou justificando sua posição por observar que os indígenas que vêm das aldeias para as cidades acabam sofrendo muita discriminação e marginalização, especialmente para a obtenção de emprego fixo. Fora o senhor Emiliano, os outros cinco que disseram nunca ter recebido alguém, alegaram isso para manter sua privacidade, ou por não terem sido solicitados, ou, ainda, por serem muito jovens e viverem na casa dos pais, não tendo autonomia para receber alguém.

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

acadêmica/escolar ou para obter renda, carrega consigo a responsabilidade de ajudar a manter os parentes que permanecem nas aldeias, ou até mesmo em servir como exemplo para eles, que, no futuro, podem lançar mão da mesma prática. Dessa forma, o parente que se encontra de alguma forma estabilizado na cidade, além de servir como referência para seu parente advindo da aldeia, também tem a incumbência de retornar qualificado ao lugar de origem, viabilizando o desenvolvimento e a manutenção da vida de seus parentes étnicos em suas terras indígenas.

O papel referencial da pessoa que busca na cidade as oportunidades que não encontra em seu lugar de origem, especialmente a zona rural ou municípios/estados/países com menor nível de desenvolvimento, não é exclusividade dos povos indígenas do Oiapoque. Joseph (2015, p. 59) elucida o amplo significado que o termo “diáspora” representa aos haitianos, do qual pode ser atribuído a lugares, objetos e principalmente pessoas. Em suas palavras:

O termo diáspora serve como adjetivo para qualificar pessoas, além de designar a comunidade haitiana transnacional. É comum os haitianos no Haiti usarem a palavra diáspora para chamar outro compatriota que parte, reside *aletranje* (no exterior), envia remessas, etc.: *diaspora ki jan ou ye?* (diáspora, como você vai?); *sa k’ap fèt diaspora?* (o que tem feito, diáspora?); *mwen se diaspora* (sou diáspora). Essas expressões caracterizam o termo diáspora como categoria de autodesignação e de alteridade, permitindo diferenciar os que vivem *aletranje* em relação àqueles que ficam no Haiti.

“O diáspora” deve não apenas retornar ao Haiti para visitar a família, trazer objetos/produtos ou demonstrar sucesso em sua vida em outro país, mas também oferecer/viabilizar a viagem de seus parentes, para que eles possam também tornar-se “diáspora”, analisado pelo autor como uma obrigação moral. Na pesquisa de campo, não observei nenhum termo ou palavra que qualifique o indígena que sai da aldeia para a viver na cidade de Oiapoque ou em qualquer zona urbana fora das terras indígenas, mas a palavra que mais se aproxima disso seria desaldeado, que, ao contrário de diáspora, é visto pelo indígena urbano ou em contexto urbano como uma classificação extremamente pejorativa e incômoda.

Nilo Martiniano, ao falar sobre a denominação desaldeado, declarou que persistem debates, inclusive nas reuniões das lideranças das terras indígenas do Oiapoque, pois não é do agrado de todos a vida de seus parentes nas cidades, ocorrendo descasos de funcionários da FUNAI com os desaldeados e muita discriminação interna, nas próprias aldeias. Dois filhos do senhor Nilo vivem atualmente em Macapá: Aldiere Orlando, quarenta e três anos, e Dilza Labonté, trinta e dois anos, pertencentes à etnia Palikur, que foram morar na capital para terminar seus estudos e

conseguir emprego. Quando perguntados sobre a decisão de sair da aldeia e viver em Macapá, ambos citaram o termo *desaldeado* para demonstrar incômodos e ressentimentos surgidos ainda nas reuniões das lideranças da etnia:

Na legislação específica sobre os povos indígenas, tem um item que consta assim, você pode procurar depois: quando um indígena quiser se ausentar, não sei qual o termo correto, quiser se afastar, quiser se desligar, não sei qual é o outro termo correto, ele pede pra Funai fazer uma declaração, ele assina esse termo dizendo que ele não quer mais pertencer à sua comunidade [...] então ele assina e perde todos os seus direitos, explico isso pra eles lá porque a gente nunca teve essa iniciativa pra assinar isso, então a gente tá consciente. Por isso que a gente não se considera *desaldeado* (ALDIERE, Macapá, agosto de 2019).

Mesmo os relatos demonstrando a ocorrência de conflitos internos quando da escolha de um parente em viver na cidade, a prática não deixa de ter um significado fundamental para quem fica na aldeia. De fato, não como o “diáspora” haitiano, mas o indígena urbano ou em contexto urbano oferece subsídios de apoio e um referencial para seus parentes étnicos, e isso também é observado do ponto de vista político, pois trata-se de uma pauta defendida pelos movimentos indígenas, como relatou Priscila Barbosa, Karipuna de trinta anos, acadêmica de Direito da UNIFAP campus binacional e funcionária do CCPIO¹⁶, quando afirmara que estar na cidade também significava resistir às problemáticas e aos perigos que o “mundo de vocês” oferece ao dela. Sobre isso:

Eu preferia estar na aldeia. Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje. Porque se a gente ficar lá, somente ali naquele ambiente, futuramente nós não teremos mais. Porque é ataque e ataque nas questões dos direitos dos povos indígenas, principalmente de olho na terra, que é da terra que a gente tira o nosso sustento. Então para preservar as futuras gerações eu venho para estudar e conhecer mais esse mundo do não indígena e lutar com essas armas dele, e tentar que não acabe o que a gente tem hoje. Garantir que os indígenas ainda tenham um pouco o que é de direito (PRISCILA, Oiapoque, julho de 2019).

Os projetos de vida, as redes de ajuda mútua e o compromisso com os parentes que vivem na aldeia, são atribuições intrínsecas do indígena urbano e em contexto urbano no Oiapoque, mesmo que a escolha em não viver de forma fixa na aldeia lhe cause desconfortos com sua família. De

¹⁶ Conselho de caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque.

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

fato, em todas as entrevistas, percebemos a defesa do território homologado como primordial para a manutenção da vida e da dignidade dos indígenas no município, o que pudemos vislumbrar no relato de Priscila Barbosa e de Aldiere Orlando, como demonstra o diálogo abaixo:

Olha, nós estamos esperançosos de que a gente possa levar nosso conhecimento pra ajudar nossa comunidade seja direto, seja indiretamente. Porque se a gente veio aqui com algum objetivo, pra estudar e se a gente não chegar lá e não ajudá-los, eu acho um pouco, assim... sair pra cidade sem dar retorno pra eles com apoio necessário em relação a acompanhar as ações do governo, com os benefícios, com os direitos deles. A gente pensa que é responsável nesse sentido pra ajudá-los a defender os seus direitos (ALDIERE, Macapá, agosto de 2019).

Para que os projetos e as redes possam lograr êxito, os indígenas lançam mão de ajuda mútua não só entre parentes ou amigos de uma mesma etnia, senão das outras etnias do Oiapoque. Graciliano Aniká, Karipuna de quarenta e oito anos, indígena urbano, acadêmico do curso de História da UNIFAP, falou-me sobre como tradicionalmente recebe “parentes” de diferentes etnias em sua casa própria, na “beira” da cidade. Além dele, seu filho cursa Geografia na mesma instituição e sua filha se encontra em Macapá para estudos, enquanto que sua esposa é a única que obtém emprego fixo, provendo a família e garantindo a permanência deles na cidade.

O fato de ser a provedora da casa faz com que ocorram conflitos entre ela e o marido por conta da hospedagem de pessoas de fora da família, aceitas por Graciliano. Em suas palavras: “Eu faço tanta coisa aqui que a minha esposa fica brava comigo: “tu faz tanta coisa pelos outros, mas não te dão nada”, eu falo “calma, não é assim, deixa que Deus sabe o que faz” (GRACILIANO, Oiapoque, julho de 2019). A partir do relato, percebemos que as tensões nas redes não ocorrem apenas entre as lideranças, mas também entre os familiares e amigos que moram na cidade. Apesar de importantes, as redes não estão isentas de conflitos e discordâncias, especialmente por envolverem recursos financeiros e o tempo da estadia. Por conta da intimidade das informações, nenhum colaborador quis entrar nesses méritos nas entrevistas.

Senhor Graciliano foi quem melhor explicou sua forma de estabelecer as redes de ajuda mútua, especialmente por elucidar como oferece hospedagem a membros de outras etnias. Antes de ingressar no curso de História, Graciliano se formou em magistério junto com outros dois jovens Palikur da aldeia Kumenê, que moraram dois anos em sua casa. Ao concluírem a formação, ele os incentivou a cursar o ensino superior oferecido pela UNIFAP. De acordo com Graciliano, os Palikur têm muitas dificuldades em se adaptar à cidade, pois a língua portuguesa e a timidez os impedem de desenvolver relacionamentos fora das aldeias e, por esse motivo, a oferta fora recusada. Após conversas com a família e

a ajuda com alimentação e adaptação na cidade, os Palikur trocaram de ideia. Nas palavras de Graciliano:

[...] olha, a gente tá saindo de um curso, tá muito bom, nossa cabeça tá fresca, bora tentar fazer nós quatro (eu, meu filho e eles dois). Aí um "não, não quero, eu vou pra minha aldeia, vou terminar já, vou trabalhar, pegar uma vaga de professor". Eu falei: "mas [se] tu aumentar teu conhecimento não seria melhor? E também não seria uma grande felicidade pra você que tá saindo de um curso, passar numa universidade pro seu pai?", aí ele ficou pensando. Eu falei "vou inscrever vocês". Aí vim pra cá pro Oiapoque, fiz a inscrição deles todinhos e entreguei, pois o menino que não queria, passou em Geografia, passou em segundo lugar e o outro também que ficou "assim", ele fez a parte de enfermagem e passou em quarto lugar. Todos estão cursando. Aí o pai dele veio e me agradeceu muito: "olha, muito obrigado" (GRACILIANO, Oiapoque, julho de 2019, grifos do autor).

Assim como o papel de referência para indígenas que se encontram na cidade, Graciliano exerce outras funções, viabilizando serviços e a comunicação entre agentes públicos e os indígenas que vivem nas aldeias. Em seu relato, é importante observar como os parentes que vivem nas aldeias responsabilizam os urbanos e os que estão em contexto urbano, de acordo com o êxito ou não de suas demandas:

Eu acho assim, é uma grande responsabilidade de eu fazer certas coisas que eu tenho até medo de errar e depois eles mesmo me crucificar. Você sabe que a cabeça dos outros não é da gente, eles pensam de uma forma e a gente pensa de outro. Olha um tempo desse aí, eles tavam com problema de energia lá dentro do Manga e vieram me cobrar aqui. O quê que eu tinha que fazer? Só que você sabe que tem indígena que não entende, acha que a gente tá até mentindo pra eles, mas não é. A gente não é de chegar aqui no fórum e solucionar o problema. Hoje em dia a CEA [Companhia de Eletricidade] do Oiapoque não se resolve mais problema aqui, se resolve lá em Calçoene. Aí você acha que aqui em Oiapoque necessita de alguém que fique pra solucionar os problemas daqui de dentro? Estamos sofrendo um grande problema de energia, não só a área indígena, também a cidade de Oiapoque [...] a gente tem que tá correndo ligando pra CEA, aí a CEA liga pra Macapá, aí depois espera vir de Calçoene. Então, eu pelo menos já sou até marcado na CEA, quando eu ligo até já sabem: "é o seu Graciliano?", "é, sou eu mesmo". Pra mim, graças a Deus, assim, como eu falei logo de início,

tem pessoas que entendem e tem pessoas que não me entendem (GRACILIANO, Oiapoque, 2019).

Os povos indígenas do Oiapoque estão tradicionalmente inseridos no cotidiano da cidade e, como pudemos perceber, as entrevistas elucidam os pontos e perspectivas que são partilhados, mas que não são vivenciados absolutamente da mesma forma. O caso citado pelo senhor Graciliano nos leva a pensar sobre a responsabilidade que é atribuída ao indígena urbano ou em contexto urbano, sobretudo por suas redes de apoio a quem chega na cidade, mas também para quem está nas aldeias, esperando resoluções de problemáticas que são partilhadas entre os oiapoquenses em geral, como bem disse Graciliano. Ademais, as entrevistas realizadas nos ajudam a compreender não apenas as questões de busca por educação de qualidade e o estabelecimento das redes de ajuda mútua, senão outros fatores que foram abordados com menor intensidade pelos interlocutores, mas que fazem parte do universo de buscas, sonhos e objetivos cotidianos dos indígenas entrevistados na cidade de Oiapoque.

Um ponto interessante comumente explanado pelos colaboradores foi a dificuldade em se conseguir um posto empregatício fixo, o que levou a maioria a buscar primeiro a educação e especialização e, além disso, a opção em exercer sua função nas aldeias após a formatura.

Ao serem perguntados se avaliavam a volta definitiva à aldeia como positiva para trabalho, algumas respostas negativas foram taxativas, como: por já estarem aposentados, preferem viver na cidade e visitar sazonalmente sua aldeia de origem; estão esperando concurso público na cidade; já trabalham na cidade como funcionários públicos; e, a resposta mais recorrente, de que pela sua formação acadêmica não teria mercado de trabalho na aldeia. A UNIFAP Campus Binacional é a principal opção de formação acadêmica para os indígenas colaboradores, onde a maioria estuda ou se forma pela instituição. A maior parte dos cursos ofertados são de Licenciatura, que habilita o estudante a atuar em sua aldeia como professor, mas determinadas entrevistas demonstram que alguns entendem que o mercado na cidade é mais propício, especialmente os acadêmicos de Direito.

Em relação à economia nas aldeias, observa-se que ela apresenta padrões estabelecidos pelos próprios moradores e membros da comunidade, envolvendo os graus de parentesco, conhecimento da terra e atendimento das demandas locais, que corroboram com a produção dos produtos agrícolas. De acordo com Luciano (2006, p. 196), as economias indígenas organizam-se “[...] por meio de complexos sistemas de produção, distribuição e consumo. As atividades produtivas dependem de consideráveis graus de especialização, mas não de profissionalização”. Para o autor, os padrões produtivos orientadores desses povos são diferentes dos padrões não-indígenas, mas não deixam de demandar domínio técnico, pois visam o bem-estar e o desenvolvimento das aldeias, não necessariamente da obtenção de dinheiro. Em observação dos povos Xikrin, da Terra indígena do Cateté, no Pará, Gordon (2006, p. 38) explica que o consumo de produtos industrializados assume “[...] um ponto de

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

vista no qual a perspectiva dos índios ocupa a posição de figura e não de fundo”, sendo o dinheiro um artefato incluído de forma peculiar e ressignificado no cotidiano das aldeias, bem diferente da perspectiva dos não-indígenas.

Tais literaturas nos ajudam a compreender que a comunicação entre as aldeias e as cidades é comum no Brasil, resultando em um intercâmbio de produtos, profissionais e informações constantemente. Nesse ponto de vista, não é difícil perceber que o isolamento das aldeias, como é comumente citado por leigos, ou até a ideia citada por Nunes (2010), de florestas como “espaço natural” do indígena, está muito aquém do que foi percebido através da pesquisa, onde os colaboradores que responderam ter o objetivo de exercer suas funções na aldeia defenderam a ideia de atuar em seu local de origem, ou para ajudar sua comunidade ou por achar que teria mais oportunidades, sem que houvesse uma quebra brusca de padrão de vida em comparação à cidade.

Dentre os que responderam que não pretendem exercer suas funções nas aldeias após a formatura, Davi Gabriel, vinte e seis anos, Galibi-Marworno e acadêmico do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, já atua há anos na área da produção audiovisual, produzindo conteúdo próprio e para o consumo de contratantes. Davi já morou em Macapá para terminar os estudos básicos e cursou Licenciatura em Filosofia na Universidade Estadual do Amapá, mas preferiu dedicar-se à profissão audiovisual para poder ter renda. Por questão de estrutura familiar e pelos custos para viver na capital, optou por voltar à Oiapoque e produzir materiais que valorizassem a cultura de seu povo e a língua materna, o kheuol. Ao ser perguntado sobre suas pretensões profissionais, falou-me a respeito das dificuldades em desenvolver um trabalho sólido em sua área de atuação, especialmente pela falta de internet e infraestrutura do município, mas que essa demanda pôde ser parcialmente sanada a partir de seus estudos acadêmicos. Em relação a possibilidade de atuar nas aldeias:

A formação que eu tô tendo hoje, ela vai me habilitar pra isso, mas como também eu percebo que é urgente uma formação muito mais ampla, que nos habilite não só pra atuar na educação escolar indígena, mas também tá atuando na própria universidade, no próprio curso Intercultural Indígena, atuando no campo de pesquisa, em diversos campos, diversas ciências pra além da educação básica, mas pensando muito nesse contexto de querer atingir de forma macro (DAVI, Oiapoque, julho de 2019).

Davi me informou que não pretende atuar de imediato como professor, pois gostaria de alcançar dois objetivos pessoais: consolidar-se no campo da produção audiovisual e continuar seus estudos, fazendo um mestrado, inclusive fora do Amapá. Neste caso específico, não há um plano de vida para atuar profissionalmente na aldeia, mas continuar na cidade de Oiapoque (ou em outra cidade) para se especializar e trabalhar

em sua área de atuação atual, fatores que não conseguiria cumprir na aldeia. Nota-se que esse objetivo é mais específico entre quem já morou ou nasceu nas aldeias e, no caso de Davi, um dos poucos entrevistados que nunca viveram em aldeias e nasceram na cidade, a perspectiva profissional está na cidade.

O caso acima relatado é de uma das poucas exceções em campo, pois a maioria respondeu ter como objetivo o retorno à aldeia como profissional graduado ou especializado, obedecendo o padrão de primeiro buscar os estudos e qualificação, depois adentrar o mercado de trabalho, posto que a competição por emprego não é favorável ao indígena. Em relação às dificuldades de se competir, diversos fatores foram citados nas entrevistas, como a dificuldade educacional adquirida nas aldeias, a barreira linguística e até os preconceitos sofridos por eles, já que os empregadores preferem contratar não indígenas.

Eliene Gabriel, vinte e seis anos, Galibi-Marworno e acadêmica de Licenciatura em Biologia da UNIFAP campus binacional, encontra-se atualmente desempregada. Em sua entrevista, afirmou que vive bem por conta de sua base familiar, já que mora com seus pais na cidade e pôde ser financiada por eles para estudar anteriormente em outros estados, como Pará e Maranhão. Quando perguntada sobre a busca por um emprego, respondeu que, assim como ela, outros indígenas também encontram sérias dificuldades, sendo mais comum a atuação em postos específicos para indígenas. Acerca disso:

São poucos [os indígenas que conseguem emprego na cidade], exceto os que tem nível superior em alguma outra área que eles possam ocupar um cargo de confiança. Geralmente, eles trabalham na FUNAI ou na CASAI, mas assim, se não tiver uma formação é muito difícil conseguir, por exemplo, de vendedor, de auxiliar de alguma coisa. É muito difícil na cidade em questão da discriminação (ELIENE, Oiapoque, julho de 2019).

Ponto muito importante para a compreensão da escassez de postos empregatícios entre os indígenas urbanos e em contexto urbano no Oiapoque, é o que Eliene frisou sobre quais postos geralmente são ocupados por eles. De acordo com ela, os postos mais comuns são os que estão direcionados ao público indígena, como cargos FUNAI e na CASAI. Porém, esses postos não conseguem absorver a totalidade de indígenas que necessitam de meios para obter renda na cidade, o que não modifica o panorama de desemprego. Além de Eliene, Rosineide Narciso (idade não revelada), Galibi-Marworno, acadêmica do curso de Licenciatura Intercultural indígena da UNIFAP campus binacional, também relatou informações muito importantes sobre as dificuldades de obtenção de emprego entre os indígenas, sobretudo quando perguntada a respeito das atividades de seus filhos:

Eu tenho três filhos, são tudo casado, moram aqui na cidade. Tenho uma filha que se formou aqui também, ela

é professora, se formou em professora de Letras, língua estrangeira e ela é casada também. E o meu filho tá concluindo o curso aqui, o Intercultural, mas já tá trabalhando na Aldeia Kumarumã, ele voltou, ele tem uma afinidade muito... Ele se encontra na aldeia, tá pra lá [...] eu tô achando difícil [emprego na cidade], porque eu tô baseando pela minha família, pela minha filha que já se formou, já tá com currículo e até agora nada, ela que tem conhecimento, né?! Nada! (ROSINEIDE, Oiapoque, julho de 2019).

Dona Rosineide explicou-me que a opção em voltar para aldeia era pela emergente oferta de emprego, já que pela formação dos filhos, a outra opção seria um contrato na prefeitura ou concurso. Além dessas informações, consta que a interlocutora é uma das exceções em relação ao posto empregatício que ocupa, que, no seu caso, é como agente comunitária de saúde na UBS do bairro do Planalto, na cidade. Em sua trajetória de vida, disse-me que em 1997 perdera um filho recém-nascido em um incêndio na aldeia Kumarumã (TI Uaçá), lugar onde nasceu. O acidente fez com que ela buscasse alternativas na cidade, para se tratar da depressão. Sobre sua trajetória profissional na cidade:

[...] eu voltei a estudar, daí eu não parei mais. Consegui contrato pela prefeitura, fui trabalhar com não-indígena lá no Cassiporé, trabalhar com educação infantil. Quando eu voltei pra cá, tava tendo em 2002 uma prova de teste-seleção, cientista, aí na prefeitura que tava na época o... Tava montando o PACS né, que era outro contexto, tava montando o PACS pros agentes de saúde, né?! Me inscrevi e eu passei, tirei em primeiro lugar, concorri com os não-indígenas. Eu fui a única indígena que tirei primeiro lugar, aí do qual eu fiquei no Planalto e eu tô até hoje, 17 anos (ROSINEIDE, Oiapoque, julho de 2019).

Ter sido aprovada no processo seletivo para agente comunitário de saúde, disputando com não indígenas, é um feito que orgulha dona Rosineide, demonstrando que tais postos de emprego não são comumente ocupados por indígenas no Oiapoque. No universo dos dezessete entrevistados, os doze que disseram ter renda própria, apenas quatro não ocupam cargos ou postos de emprego que não são específicos para indígenas, sendo eles, além de Rosineide: Érlis Karipuna e Élton dos Santos, vice-prefeito e secretário de educação do município em 2019, respectivamente; e Rudolph Lod, com contrato de agente administrativo na prefeitura.

A falta de empregos formais acaba resultando em limitações nas possibilidades aquisitivas na cidade, questão bastante presente nas entrevistas. Quando relacionado aos salários obtidos, percebemos que o padrão era de um salário mínimo, como respondido por Iza Maciel, Edson Aniká e Nilso Orlando, todos pais ou mãe de família e atualmente

PEREIRA, Venâncio Guedes. "Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje": os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

funcionários do projeto multilinguístico do Superfácil, e Rudolph Lod, citado acima. Nos relatos de Edson, um dos três indígenas em contexto urbano entrevistados, as informações dão conta das dificuldades em conciliar o salário com a mobilidade semanal para as aldeias. Quando perguntado sobre as possibilidades de custeio a partir do seu salário atual:

Não é aquele salário alto [o recebido no programa multilinguístico do Superfácil], mas dá para a gente sobreviver, com certeza, pagar as nossas contas direito, comprar as alimentações das minhas crianças e levar. Apesar de que é caro o transporte, a gente vai e volta no final de semana, a gente gasta muito (EDSON, Oiapoque, julho de 2019).

De acordo com o critério construído para a categorização urbanos e em contexto urbano, o último seria o indígena que mantém maior contato com as aldeias, pois sua moradia seria nela. Porém, é importante ressaltar que os pontos positivos em frequentá-las e manter-se presente nelas foram aspectos também citados pelos interlocutores. Neste sentido, não é difícil perceber que a cidade e a aldeia correspondem a paralelos bem definidos no cotidiano dos indígenas: na aldeia, tem-se o espaço, o sossego, a segurança e os familiares para reproduzir os aprendizados, mas há atrasos, sobretudo em relação ao acesso à educação e saúde de qualidade; enquanto que, na cidade, tem-se oportunidade de estudos, atendimento de saúde em postos mais bem equipados e obtenção de renda fixa, mas também há as drogas, a bebida, a insegurança e a discriminação.

Os últimos aspectos analisados são os de acesso e acionamento a serviços públicos na cidade, considerado um diferencial relevante no paralelo cidade-aldeia pelos indígenas. As perguntas nas entrevistas foram direcionadas à compreensão da necessidade, facilidade e recorrência desses acionamentos, que poderiam ser de serviços, como: educação (escolas de ensino básico e universidade), saúde pública (em UBS e hospital, fora das orientações da CASAI) e segurança pública (policiamento e bombeiros). Nessa perspectiva, as informações dialogam com as entrevistas desenvolvidas com agentes servidores públicos, nas áreas da saúde, segurança e administração do município, que nos ajudam a compreender como os indígenas observam o cumprimento, ou não, de seus direitos na cidade. O serviço de saúde foi o mais citado pelos interlocutores, sendo o serviço com maior de maior procura entre eles. Em relação às situações em que a saúde é acionada, as informações dão conta de que a procura por atendimento comum é mais recorrente do que o atendimento mediado pela CASAI.

Quando perguntada se acionava os serviços de saúde pública na cidade de Oiapoque, Deuziléia respondeu que “[...] sempre que eu procuro fazer uns exames, procuro mais o hospital como todo mundo, geral. Eu vou, marco minha consulta, dificilmente eu vou na CASAI fazer. Eu vou mais eu mesmo, se eu quiser eu vou, marco minha consulta, faço

minhas coisas (DEUZILÉIA, Oiapoque, julho de 2019). Dos onze colaboradores que disseram procurar serviços de saúde, outros nove fizeram comentários como o de Deuziléia, explicando que preferem enfrentar as filas comuns do que receber atendimento preferencial mediado pela CASAI. Nenhum justificou a escolha a partir de uma concepção pessoal sobre o referido órgão, mas alguns relatos dão conta de desconfortos em relação ao cumprimento de seus direitos como indígena, vivendo na cidade:

Acho que a gente deve ter os mesmos direitos aqui na cidade do que na aldeia. Quando a gente sai da aldeia eles falam assim pra gente “você vão pra cidade, as pessoas que estão aqui”... por exemplo, lá, quando a gente vai pra CASAI, eles falam que a preferência é daquela pessoa que mora na aldeia. Então acho que isso não é certo, a gente tem que ter os mesmos direitos do que as pessoas que vivem na aldeia. Então é isso que eu acho (DEUZILÉIA, Oiapoque, julho de 2020).

Para Deuziléia, a prioridade do indígena que vive na aldeia em detrimento ao indígena urbano e em contexto urbano, causa-lhe indignação, por afirmar que há desprestígios na atuação da CASAI para com quem não vive na aldeia. Além dessa problemática, o tratamento dos profissionais de saúde também foi um fator lembrado nas entrevistas:

[...] creio que existe ainda preconceito, principalmente no meio ambiente do hospital. Eu ouço muitas reclamações dos indígenas, é o que eu tenho propriedade para falar, porque eu já acompanhei algumas faltas de respeito lá com o indígena, do “ah deixa lá” ou então “ah não entendo a língua, então não chego perto”, mas é algo que a gente está quebrando agora com algumas políticas que a gente está tentando que sejam implantadas até dentro do município (PRISCILA, Oiapoque, 2019).

De acordo com Priscila, os constrangimentos ocorrem pelo despreparo dos agentes e profissionais de saúde do município, que estariam sempre condicionados à presença de um funcionário da CASAI para mediar o atendimento médico. Em seu juízo, os problemas de falta de tradutores ou de médicos, técnicos e enfermeiros que tenham preparo prévio, só seriam sanados mediante atuação e profissionalização de indígenas para atuação na área da saúde, uma vez que, parafraseando Priscila, “índio entende índio”. Graciliano também relatou experiências de despreparo entre funcionários da saúde, mas em sua concepção, o oiapoquense em geral sofre com isso:

[...] “olha, o médico é isso”, “olha, o médico me apalpou”, como acontece muito aqui no Oiapoque eu vejo muito essas reclamações. Aqui na cidade eu ouço, não só por indígenas, mas por pessoas daqui mesmo,

“olha não gosto daquele médico, porque aquele médico faz isso, aquele médico faz aquilo”. Comigo mesmo já chegou a acontecer e com a minha filha, quando a minha filha teve, ela tem problema de glúten, levei ela no posto, chegou lá no hospital o médico disse assim “quantos anos ela tem?”, “ela tem 16”, “ah, então ela pode ficar só ela aqui”, negativo, que eu já conheço, como diz o quadro dele me termos de outras coisas que fala, eu disse “não, então ela não vai ser consultada por você, vai ser consultada por outro se tiver, senão eu vou levar de volta”. Aí veio uma enfermeira, ela faz parte de um outro lado, lá da parte do hospital, ela disse “calma, o senhor não vai, vou conseguir outro médico”. Foi lá conseguiu outro médico, muito bom, muito bacana, graças a Deus e consultou a minha filha (GRACILIANO, Oiapoque, julho de 2019).

Em seu relato, Graciliano informou sentir-se mais seguro com os atendimentos de saúde realizados nas aldeias, pois os profissionais que são direcionados a elas são mais preparados para trabalhar com os indígenas do que os agentes de saúde da cidade. Porém, por fatores estruturais, os atendimentos mais complexos devem ser realizados na cidade de Oiapoque ou em Macapá.

Os comentários negativos por parte do usuário, também foram reproduzidos por Rudolph Lod, Galibi-Kalinã de vinte anos e acadêmico do curso de Direito da UNIFAP Campus Binacional. Para ele, as instituições públicas são acessíveis ao indígena na cidade, mas isso não impede que os conflitos entre os agentes e o usuário do serviço não seja recorrente, especialmente em escolas e UBS/hospitais, onde eles devem dividir as atenções com não-indígenas. Em seu relato, informou-me que “na escola, até mesmo no hospital, disseram assim: “não, não é aqui que tu vai” [pois a CASAI deveria ser acionada antes que ele fosse ao hospital]. Até na saúde, “mas aqui não é pra todos?”. E aí, já senti dificuldades com relação a isso” (RUDOLPH, Oiapoque, julho de 2019, grifos nossos).

O setor educacional também recebeu bastante destaque nas entrevistas. Como visto anteriormente, os estudos são fatores de motivação para os indígenas viverem na cidade ou manterem-se em constante mobilidade entre a cidade e a aldeia, seja para qualificação pessoal ou para os estudos de parentes, sobretudo os filhos pequenos. Nesse contexto, as escolas municipais e estaduais da zona urbana de Oiapoque também recebem regularmente um importante número de alunos indígenas.

Dentre as entrevistas realizadas no campo da administração educacional, Nilton Wellis (idade não respondida), não-indígena, diretor da Escola Municipal Maria Leopoldina, que recebe alunos de sextos a nonos anos do ensino fundamental, relatou o cotidiano de dificuldades que a escola teria com os alunos indígenas, sempre ressaltando a falta de presença dos pais e responsáveis no ambiente escolar. De acordo com o diretor, há uma significativa e tradicional presença de crianças indígenas

na escola, com uma estimativa de quinze a vinte alunos em um universo de mil e duzentos e trinta, mas não apresentou documentação que pudesse comprovar os números. Nas palavras de Nilton, identifica-se um aluno indígena a partir de sua forma de portar-se na escola, pois:

São bem diferentes dos outros alunos, dos brancos, como eles falam. As dificuldades são enormes para lidar com eles devido ao diálogo, devido à presença da família que não tem, é muito raro. Devido aos plantões pedagógicos que não vem, e o pior de tudo é que eles vêm de uma cultura diferente da nossa e aí eles não se inserem e não tem diálogo de volta, dificilmente eles falam e o entendimento é muito pouco [...] a gente recebe alunos indígenas que estudavam nas próprias comunidades, com acúmulos, que não tem nota, que não tem regência, que não tem documento, é muito difícil. Porque a escola, ela não pode criar isso para o aluno, isso aí é uma questão de família, é uma questão de orientação familiar, é uma questão dos órgãos representantes deles, que eles têm bastante. É uma providência que eu acho que tem que ser tomada por eles, e aí vem para a escola e a gente recebe às vezes o aluno com uma declaração de que ele é indígena e já estudou o primeiro ano, segundo ano, terceiro ano, quarto ano, quinto ano, sexto ano, aí vem para as etapas e não tem nada (NILTON, Oiapoque, julho de 2019).

Os déficits educacionais e as problemáticas relacionadas ao distanciamento dos pais e responsáveis em relação ao cotidiano escolar, foram questões também citadas por Robson Maciel, não-indígena de quarenta e quatro anos, diretor adjunto da Escola Estadual Joaquim Nabuco. Os indígenas correspondem a um contingente muito importantes de alunos, sendo que a instituição teria realizado um levantamento da presença deles, mas que não pôde ser disponibilizado para a pesquisa. Para o diretor, o principal transtorno vivenciado na escola seria:

[...] que os pais enviam as crianças pro centro daqui, pra área central de Oiapoque e permanecem lá na comunidade indígena. Então é essa distância que atrapalha um pouco nossa relação, nossa comunicação com os pais. Geralmente, eles mandam os filhos pra cá pro centro de Oiapoque pra estudar e eles moram na casa de parentes deles e há casos que os parentes não dão muita atenção pra esse aluno, não dão muita atenção pra escolarização desse aluno. E isso dificulta muito porque às vezes o aluno indígena ele apronta alguma coisa errada aqui na escola ou alguém comete alguma coisa contra ele, a gente liga pra essa família e não vem ninguém representar o aluno (ROBSON, Oiapoque, julho de 2019).

Quando questionados sobre a preparação ou a construção de currículos, práticas docentes e estratégias educacionais que incluíssem os alunos indígenas, sobretudo no uso de línguas maternas, ambos diretores responderam que nunca participaram nem presenciaram programações dessa natureza.

As análises das entrevistas dão conta de uma diversidade de situações vivenciadas pelo indígena na cidade, onde pode-se perceber que desconfortos e desencontros não são raros, na percepção pessoal dos interlocutores. O acionamento de serviços públicos, a busca por estabilidade financeira por meio de emprego fixo e as observações relativas ao descumprimento de direitos étnicos na cidade, escancaram conflitos que, nas análises de Mezzadra (2015) e Martins (2014), dizem respeito ao encontro entre os vários tempos históricos que se encontram na cidade. No meio urbano, o indígena necessita acionar sua identidade brasileira para gozar de todos os bens públicos que lhe é de direito, como cidadão e indígena brasileiro.

Neste sentido, a cidade se estabelece como uma fronteira para o indígena urbano e em contexto urbano, onde não é difícil notar que os conflitos se estabelecem nas diferenças entre a cidade e as aldeias, quando da necessidade de se acionar direitos, como afirma Priscila:

Nós temos garantias na Constituição Federal, que a nossa educação seja diferenciada e de qualidade. Dentro da aldeia a gente não vai conseguir, o que a gente consegue é uma educação na comunidade, mas escolar não. Então a gente sai para que garanta isso, lá dentro você não vai conseguir. E mesma coisa da saúde específica e diferenciada que atenda a realidade dos povos indígenas (PRISCILA, Oiapoque, julho de 2019).

No Oiapoque, a cidade revela-se ao indígena como uma possibilidade vívida de estabelecimento de objetivos, metas e necessidades que não se materializam nas aldeias. Apesar disso, a aldeia é o espaço da segurança, da manutenção e da identidade étnica do indígena. Nesse movimento, que pode ser de fixação na cidade ou de mobilidade nela, os indígenas mantêm-se atuando, lutando por direitos e construindo pontes que possam, em um futuro próximo, garantir mais direitos ou a plena dignidade de vida, sua e de seus familiares. A cidade, então, apresenta-se como alternativa, problema e solução, que têm no indígena o protagonista das ações cotidianas.

Conclusão

Os indígenas urbanos e em contexto urbano do Oiapoque, assim como tantos povos indígenas que vivem em cidades no país, vivenciam cotidianamente desafios que os levam a buscar mais do que proteção e/ou demarcação de suas terras. Os espaços urbanos do Brasil são

vislumbrados para a obtenção dos direitos étnicos, mas também para o exercício de direitos como o acesso ao trabalho, à saúde e à educação de qualidade, além da possibilidade do consumo e das diversas formas de se conseguir renda. Mesmo que desafiadora, a cidade também é um lócus para se pensar permanência e dignidade de vida de povos indígenas e, a partir disso, projetar políticas públicas direcionadas a grupos étnicos.

Mesmo que invisível a olhos desatentos, os indígenas tecem na cidade as estratégias de luta e de vida que transpõem a aldeia e oportunizam que gerações possam utilizar dessa luta para alcançar outros tantos direitos. Individualmente ou coletivamente, em espaços de fronteiras conflituosas, lançar mão das agências de resistência, orientados por projetos e pelos códigos culturais do grupo étnico, são práticas cada vez mais recorrentes em meio a tantas outras lutas protagonizadas pelos povos indígenas no Brasil.

Referências bibliográficas

AMAPÁ, 2022. Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas. Macapá, 2023. Disponível em: <http://www.sepi.ap.gov.br/interno.php?dm=961>. Acesso em: 18 jun. 2022

ASSUNÇÃO, Patrícia Aparecida de. Índios desaldeados no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Uma análise sobre a construção e uso da autoimagem como formas de empoderamento. 2017. 180 f. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Ciências Sociais. 2017.

BAINES, Stephen Grant. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. **Brasil Indígena, Fundação Nacional do Índio**, v. 7, p. 15-17, dez. 2001.

BALBIM, Roberto. **Mobilidade: uma abordagem sistêmica**. São Paulo: Secretaria Estadual do Meio Ambiente, 2004.

BARBOSA, Gabriel Coutinho. Os Aparai e Wayana e suas redes de intercâmbio. 2007. 228 f. **Tese** (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia: Construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 173p.

BRASIL. Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira-PDFF. Ministério da Integração Nacional. Brasília: Secretaria de Programas Regionais. Brasília, 2009.

CAPIBERIBE, Artionka. **Batismo de fogo: os Palikur e o Cristianismo**. São Paulo: Annablume/ Fapesp/ Nuti, 2007. 276 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FILIZOLA DE SOUZA, Fabrício. Índios cidadãos: a constituição de uma comunidade multiétnica no bairro tarumã, Manaus, AM. 2017. 124 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia) - Instituto De Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

GORDON, Cesar. **Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo: Editora UNESP/ISA/NuTI, 2006. v. 1. 452 p.

GUIRAU, Kárine Michele. SILVA, Carolina Rocha. Povos **Indígenas no espaço urbano e políticas públicas**. 2013, p.7-8. Disponível em www.fclar.unesp.br. Acesso em 10 de janeiro. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA - IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 03 jul. 2021.

PEREIRA, Venâncio Guedes. “Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje”: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

JOSEPH, Handerson. **Diaspora, Sentidos sociais e mobilidades haitianas**. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 21, p. 51-78, 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 20. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. v. 1. 117p.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre os conceitos de cidade e urbano. **Geosp** (USP), v. 24, p. 109-123, 2008.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Vol. 1, MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, Brasília: 2006.

MACHADO, Tadeu Lopes. Na cidade vendo a farinha e de lá trago mercadoria e dinheiro para a aldeia: redes de sociabilidades e intercâmbio de bens dos indígenas Palikur na cidade de Oiapoque-AP. 2017. 145 f. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém: UFPA, 2017.

MACHADO, Tadeu Lopes. O poder da farinha de mandioca no mercado: simbolismos e representações. In: II Seminário Internacional América Latina: Políticas e Conflitos Contemporâneos, 2017, Belém-PA. **Anais do SIALAT 2017**. Belém-PA: NAEA, 2017. v. 12. p. 5141-5154.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2014.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e das práticas de mobilidade. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, p. 11-30, 2015.

NAKASHIMA, Edson Yukio. Reatando as pontas da rama: a inserção de alunos da etnia indígena Pankararu em uma escola pública da cidade de São Paulo. 2009. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado; SILVA, Giovani José da. Sobre vivências negociadas: indígenas e jesuítas franceses no Oiapoque setecentista. **HABITUS**, v. 17, p. 357-378, 2019.

NUNES, Eduardo S. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio** (UFRGS), v. 4, n.1, p. 9-30, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1968.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês. **Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. 2ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 1998. 384p.

PEREIRA, Venâncio Guedes. "Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje": os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 87-116, mai./ago. 2023.

TORRES, Rodolfo Fernandes da Silva. O projeto básico ambiental da rodovia BR-156/AP: trecho Calçoene – Oiapoque, no período de 2006 a 2012. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. Assimilação Ressignificada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 55, p. 517-553, 2012.

VALDIVIA, Nestor. Etnicidad, pobreza y exclusion social: la situación de los inmigrantes indígenas em las ciudades de Cuzco y Lima. In: UQUILLAS, Jorge; CARRASCO, Tania; REES, Martha. **Exclusión social y estrategias de vida de los indígenas urbanos en Perú, México y Ecuador**. Rispergraf, Quito, 2003, v. 1. p. 29-192.

VIDAL, Luz Boelitz. Galibi Kalina: história, contato e aspectos contemporâneos. In: VIDAL, Luz Boelitz; LEVINHO, José Carlos; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) **A presença do invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque**. Rio de Janeiro: IEPÉ/Museu do Índio, 2016. p. 107-122.

Recebido em: 14/03/2023 * Aprovado em: 28/08/2023 * Publicado em: 31/08/2023
